

SUMÁRIO

Capítulo I

Conceito de direito processual penal	27
--	----

Capítulo II

Relação com o direito penal e a execução penal.....	31
1) Introdução: autonomia do processo e da execução penal	31
2) Por um sistema integrado de direito penal, processo e execução penal.....	34
3) Implicações de um sistema integrado	40

Capítulo III

Fins do direito processo penal.....	45
1) Introdução.....	45
2) A justificação da pena segundo Luigi Ferrajoli	49
3) A justificação da pena segundo Claus Roxin	54
4) Conclusão	58

Capítulo IV

Direito e interpretação	63
1) Introdução.....	63
2) Interpretar é compreender	67
3) Limites da interpretação	70
4) Existe a resposta juridicamente correta?	72
5) Direito e analogia.....	79

6) Analogia e interpretação analógica?	81
7) Proibição de analogia?	84
8) O que é analogia <i>in malam partem</i> e quando é razoável proibi-la. Analogia aplicada ao processo penal.....	86

Capítulo V

Construção da verdade no processo penal	93
1) Introdução.....	93
2) O que é a verdade?.....	95
3) Sobre a mentira	100

Capítulo VI

Retroatividade da lei processual penal	107
1) Introdução.....	107
2) Retroatividade num sistema integrado.....	111
3) Retroatividade das regras sobre execução penal	113
4) Retroatividade da lei penal em sentido amplo: conclusões	114

Capítulo VII

Princípios processuais penais	117
1) Introdução.....	117
2) Presunção de inocência	120
2.1) Significado e implicações	120
2.2) Ônus da prova e outros temas: Súmula 444 do STJ, revisão criminal etc.....	122
2.3) Execução provisória da sentença	126
2.3.1) Introdução: execução <i>pro reo</i>	126
2.3.2) Execução provisória <i>pro societate</i>	128
2.3.3) Execução imediata das condenações do júri?.....	130
3) Contraditório e ampla defesa.....	135
3.1) Introdução.....	135

3.2)	Implicações	136
3.3)	Defesa técnica e autodefesa	138
3.4)	Correlação entre acusação e sentença – o art. 385 do CPP	143
3.5)	<i>Emendatio libelli</i>	148
3.6)	Pode o juiz condenar sem que haja pedido de condenação?.....	152
3.7)	Proposição de pena pela acusação	160
3.8)	Abolição do parecer ministerial.....	162
4)	Princípio da não autoincriminação	164
4.1)	Significado e implicações	164
4.2)	Questões controvertidas.....	168
4.2.1)	Coleta de material genético.....	168
4.2.2)	Possíveis implicações de uma falsa declaração: direito de mentir?	172
4.2.3)	Condução coercitiva	174
4.3)	Direito ao silêncio e interrogatório abusivo.....	175
5)	Juiz natural ou legal.....	176
5.1)	Significado e implicações	176
5.2)	Especialização de varas, desaforamento, promotor natural etc.	185
5.3)	Sistema acusatório: poderes instrutórios do juiz	190
5.4)	O juiz das garantias e o sistema acusatório.....	192
5.4.1)	Introdução.....	192
5.4.2)	Retroatividade da lei.....	197
5.4.3)	Competência do juiz de garantias.....	198
5.4.4)	Competências em espécie	199
5.4.5)	Encerramento da atuação do juiz de garantias etc.	201
6)	Duplo grau de jurisdição.....	202
7)	Razoável duração do processo	205
8)	Publicidade dos atos processuais	207
9)	<i>Ne bis in idem</i>	210
9.1)	Significado e implicações	210
9.2)	O problema da reincidência	212
9.3)	Erros frequentes na aplicação da pena.....	214

9.4)	Onze erros na aplicação da pena	218
9.5)	Modelo de sentença	221

Capítulo VIII

Inquérito policial	223
1) Introdução: conceito, finalidades, características etc.....	223
2) Tramitação e controle externo.....	227
3) Indiciamento	227
4) Valor probatório do inquérito	228
4.1) Exclusão física do inquérito na Lei nº 13.964/2019?.....	230
5) Conclusão e prazos	231
6) Arquivamento, desarquivamento e coisa julgada	232
7) O arquivamento do inquérito a partir da Lei nº 13.964/2019.....	236
8) Denúncia anônima.....	237

Capítulo IX

Ação penal	241
1) Introdução: conceito, espécies etc.	241
2) Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	243
3) Ação penal pública	246
4) Princípios – ou regras – que regem a ação penal pública.....	247
4.1) Princípio da obrigatoriedade?.....	248
5) Ação penal pública condicionada: retratação da representação.....	249
5.1) Legitimidade concorrente – Súmula 714 do STF	250
6) Ação penal (de iniciativa) privada	251
7) Ação penal (de iniciativa) privada subsidiária	252
8) Decadência e perempção.....	253

Capítulo X

Acordo de não persecução penal	255
1) Introdução.....	255

2) Cabimento.....	260
2.1) Justa causa: casos de denúncia, não de arquivamento	261
2.2) Crimes não violentos.....	262
2.3) Crimes cuja pena mínima seja inferior a 4 anos	263
2.4) Confissão formal e circunstanciada etc.	264
3) Obrigações do investigado	266
4) Vedações legais	268
5) Procedimento, momento de sua proposição, rescisão, concurso de agentes etc.....	270
6) ANPP e arrependimento posterior.....	272

Capítulo XI

Efeitos civis da sentença penal	275
1) Introdução.....	275
2) A sentença condenatória como título executivo judicial.....	276
3) Efeitos civis da sentença penal absolutória	277
4) Fixação do valor mínimo a título indenizatório.....	281

Capítulo XII

Prisão preventiva	283
1) Introdução.....	283
2) Algumas restrições à prisão	287
2.1) Detração.....	288
3) As alterações da Lei nº 13.964/2019	290
3.1) Introdução	290
3.2) Reexame obrigatório da prisão preventiva a cada 90 dias.....	291
3.3) Fundamentação da decisão.....	293
3.3.1) Hipóteses de falta ou de insuficiência de motivação	295
3.4) Prisão preventiva obrigatória nos crimes dolosos contra a vida?	298
4) Contraditório e cumulação de medidas.....	299
5) Cautelaridade? Em que sentido?	300

6) Princípios que incidem sobre as medidas cautelares: o poder geral de cautela	303
7) Prisão domiciliar.....	306
8) Fundamentos legais	308
9) Motivação da decisão que decreta a preventiva.....	310
10) <i>Fumus commissi delicti</i> e <i>periculum libertatis</i>	312
10.1) Garantia da ordem pública e da ordem econômica	313
10.2) Conveniência da instrução e aplicação da lei.....	316
11) Crimes que admitem a prisão preventiva	317

Capítulo XIII

Da prisão temporária	323
----------------------------	-----

Capítulo XIV

Prisão em flagrante	325
1) Introdução.....	325
2) Cautelaridade.....	326
3) Tipos de flagrante: próprio, impróprio e presumido	328
4) Flagrante em crime permanente, habitual etc.	331
5) Flagrante provocado, esperado, ação controlada etc.	335
6) Decisões judiciais possíveis.....	337
7) Casos especiais: infrações penais de menor potencial ofensivo, crimes de ação penal privada etc.....	340
8) Comunicações e procedimento	340
9) Audiência de custódia	341
10) Relaxamento e revogação de prisão: distinção.....	343

Capítulo XV

Direito penal indígena.....	345
1) Jurisdição penal indígena	345
2) Responsabilidade penal do indígena.....	351

Capítulo XVI

Competência.....	355
1) Introdução.....	355
2) Competência por prerrogativa de função.....	355
2.1) Introdução.....	355
2.2) Restrição do foro: avanços e retrocessos.....	356
2.3) Coautoria e participação.....	358
2.4) Competência do tribunal do júri.....	359
2.5) Exceção da verdade em crime contra a honra	360
3) Competência da justiça federal.....	362
3.1) Introdução.....	362
3.2) Crimes praticados contra a União etc.....	363
3.3) Contravenções e atos infracionais.....	364
3.4) Crime político e terrorismo	365
3.5) Lavagem de capitais	366
3.6) Crimes ambientais.....	366
3.7) Falsificação e uso de documento falso	367
3.8) Crimes praticados por e contra indígenas.....	367
3.9) Crime praticado a bordo de navio ou aeronave.....	368
3.10) Crime previsto em tratado	368
3.11) Tráfico de drogas.....	369
3.12) Incidente de deslocamento de competência.....	370
3.13) Execução penal.....	371
4) Competência da justiça militar.....	372
5) Competência da justiça eleitoral.....	374
6) Competência da justiça do trabalho?.....	375
7) Competência dos Juizados Especiais Criminais	375
8) Competência territorial	379
9) Erro sobre a pessoa e competência penal.....	382

Capítulo XVII

Teoria da prova	385
-----------------------	-----

1) Introdução.....	385
2) Teoria da prova e teoria das nulidades processuais: prova ilegítimas?	385
3) Procedimento probatório: gestão da prova.....	387
4) Objeto da prova: prova dos fatos e do direito.....	388
5) O chamado livre convencimento motivado	389
6) Prova atípica e ônus da prova: as regras do processo civil	391
7) Cadeia de custódia: significado, implicações, quebra da cadeia de custódia	394
8) Prova emprestada.....	397
9) Regra da identidade física do juiz.....	399
10) Encontro fortuito de prova.....	400
11) Prova antecipada etc	400
12) Prova ilícita	401
12.1) Introdução	401
12.2) Prova ilícita por derivação	403
12.3) Avanços e retrocessos da regra da exclusão no direito norte-americano	405
12.4) Exceções à regra da exclusão da prova ilícita	406
12.4.1) Desconstitucionalização da regra da exclusão	408
12.4.2) A atual orientação da jurisprudência norte-americana é aplicável ao Brasil?.....	410
12.5) A prova ilícita no Brasil.....	411
12.6) Desentranhamento e inutilização da prova.....	412
13) Interrogatório judicial	412
13.1) Introdução	412
13.2) Direito ao silêncio, dispensa do interrogatório etc.....	413
13.3) Sistema legal, advogado, procedimento, corréus.....	414
13.4) Forma e fases.....	415
13.5) Réu preso	417
13.6) Confissão: conceito, espécies, efeitos.....	418
13.7) Pode o juiz aplicar pena abaixo do mínimo legal?	420

Capítulo XVIII

Colaboração premiada	425
----------------------------	-----

1) Introdução.....	425
2) Conceito	428
3) Colaboração e moral	428
4) Legitimidade para celebração do acordo, procedimento etc.	431
5) Prêmios legais, eficácia da colaboração etc.	434
6) Critérios para a concessão, denegação e individualização dos benefícios	437
7) Conteúdo do acordo, sigilo, direito à não autoincriminação etc.	438
8) Retratação e rescisão do acordo	439
9) Papel do juiz: decisões judiciais possíveis	440
10) Valor probatório das declarações do colaborador	442
11) Direitos do colaboradores	442

Capítulo XIX

Sentença, recursos e coisa julgada	443
1) Sentença	443
1.1) Introdução.....	443
1.2) Classificação das decisões penais	444
1.3) Conceito e requisitos da sentença.....	446
1.3.1) Introdução.....	446
1.3.2) Fundamentação ou motivação.....	446
1.3.3) Dispositivo ou conclusão	448
1.3.4) Individualização da pena	448
1.4) Efeitos da sentença penal.....	449
1.5) Publicação da sentença etc.....	450
1.6) Intimação da sentença.....	451
1.6.1) Intimação do réu.....	451
1.6.2) Intimação do MP, Defensoria Pública etc.	453
1.7) Princípio da congruência ou correlação entre acusação, defesa e sentença.....	454
1.7.1) Introdução.....	454
1.7.2) Pode o juiz condenar sem pedido de condenação?	456
1.7.3) Pode o juiz reconhecer circunstâncias agravantes não requeridas pelo MP?	459

1.8)	<i>Emendatio libelli</i>	460
1.8.1)	Conceitos, distinções, princípio da não surpresa etc.....	460
1.8.2)	Implicações sobre a ação penal, competência do juízo etc.....	465
1.9)	<i>Mutatio libelli</i>	465
1.9.1)	Introdução, conceito, distinções	465
1.9.2)	Conceito de elemento e circunstância da infração penal....	467
1.9.3)	Aditamento da denúncia, reabertura da instrução etc.....	468
1.9.4)	Questões controversas: coautoria, dolo, tentativa etc.	469
2)	Teoria dos recursos penais	470
2.1)	Introdução.....	470
2.1.1)	Sobre a Súmula 7 do STJ	471
2.2)	Duplo grau de jurisdição.....	473
2.3)	Interesse e legitimidade para recorrer	475
2.4)	Previsão legal, tempestividade etc.....	477
2.4.1)	Fungibilidade	477
2.4.2)	Prazo legal	478
2.5)	Efeitos dos recursos	479
2.5.1)	Efeito suspensivo	479
2.5.2)	Efeito devolutivo.....	480
2.5.3)	Efeito regressivo ou juízo de retratação	481
2.5.4)	Efeito extensivo	481
2.6)	<i>Reformatio in pejus</i>	481
2.7)	Juízo de admissibilidade.....	484
2.8)	Procedimento, desistência, deserção etc.....	484
3)	Coisa julgada	486
3.1)	Introdução.....	486
3.2)	Coisa julgada formal?	486
3.3)	Recurso cabível e revisão criminal.....	487
3.4)	Requisitos da coisa julgada.....	488
3.5)	Limites da coisa julgada: casos especiais	489
3.5.1)	Consumação no curso do processo	489
3.5.2)	<i>Mutatio libelli</i>	489

3.5.3)	Coautoria e participação.....	489
3.5.4)	Concurso de crimes.....	491
3.5.5)	Crime permanente e habitual	492
3.5.6)	Superveniência de mais de uma condenação e coisa julgada inconstitucional.....	492
3.6)	Revisão criminal, <i>habeas corpus</i> e mandado de segurança	493
3.6.1)	Revisão criminal	493
3.6.1.1)	Introdução.....	493
3.6.1.2)	Sentenças passíveis de revisão	494
3.6.1.3)	Hipóteses legais de revisão	498
3.7)	Sentença condenatória contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos.....	498
3.8)	Sentença condenatória fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos.....	500
3.9)	Descoberta de novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que diminua a pena	501
4)	Conteúdo do acórdão que julga procedente a revisão etc.	502
5)	Legitimidade do Ministério Público, capacidade postulatória etc.	504
6)	Indenização por erro judiciário.....	506
7)	Outras questões	507
7.1)	<i>Habeas corpus</i>	507
7.1.1)	Introdução: conceito, natureza jurídica etc.....	507
7.1.2)	Cabimento, espécies, requisitos etc.....	509
7.1.3)	Limitações do <i>habeas corpus</i> : punição disciplinar, súmula 691 e dilação probatória	512
7.1.4)	<i>Habeas corpus</i> como sucedâneo recursal ou após a coisa julgada	514
7.1.5)	Pessoa jurídica como impetrante ou paciente.....	515
7.1.6)	Procedimento.....	516
7.1.7)	Recursos	518
7.1.8)	Como redigir petição de <i>habeas corpus</i>	519
8)	Mandado de Segurança	523
8.1)	Introdução.....	523
8.2)	Direito líquido e certo?	524

8.3)	Hipóteses de não cabimento do mandado de segurança.....	526
8.4)	Prazo para impetração	527
8.5)	Intervenção do Ministério Público como fiscal da lei	528
8.6)	Recursos etc.	529